



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

(Dos Srs. Alexandre Baldy e Caio Narcio)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA, para, na condição de testemunha, prestar depoimento.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA, ex-Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e ex-Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações – COFIG, para, na condição de testemunha, prestar depoimento.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Alessandro Golombiewski Teixeira exerceu o cargo de Secretário Executivo do MDIC, durante o primeiro mandato da Presidente Dilma, e, portanto, também atuou no Conselho de Financiamento e Garantia às Exportações – COFIG. Trata-se do órgão interministerial da estrutura CAMEX,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

que tem, entre suas funções, a de enquadrar e acompanhar operações do PROEX, financiamento e equalização, e do FGE (seguro de crédito às exportações).

Certamente a grande maioria das operações de financiamento de exportações de bens e serviços feitas BNDES foram examinadas e enquadradas pelo referido Comitê, para fins, principalmente, de obtenção de equalização de juros pelo Tesouro Nacional. O mencionado Comitê pode inclusive recomendar a concessão de condições especiais e favorecidas de apoio para essa ou aquela operação, como provavelmente aconteceu no caso de Cuba e outros países da América do Sul, África e Caribe.

Assim a presença dessa autoridade na CPI é requisito importante para que a Comissão possa fazer questionamentos e obter inúmeros esclarecimentos sobre a forma como atuou o Comitê, quais as suas prioridades, como foi feito o exame de cada operação, quais as regras gerais utilizadas para enquadramento de operações, em quais casos foram aplicadas excepcionalidades, entre outras informações pertinentes ao escopo da Comissão.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2015.

**Deputado ALEXANDRE BALDY
PSDB/GO**

**Deputado CAIO NARCIO
PSDB/MG**